

SENADO

Escutas telefônicas a pedido do Ministério Público apontam o suposto envolvimento do novo presidente da Casa com autoridades denunciadas pelo desvio de recursos do Programa do Leite, criado em seu governo

Supremo investiga Garibaldi

LÚCIO VAZ

DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o suposto envolvimento no desvio de recursos do Programa do Leite durante o seu governo e o governo de Fernando Freire no Rio Grande do Norte. Escuta telefônica feita pela polícia civil, com autorização judicial, revela diálogos entre ex-secretários estaduais envolvidos no escândalo e o senador. Num deles, em março de 2004, o senador liga para o ex-secretário de Ação Social Tertuliano Pinheiro para prestar solidariedade e diz que “os procuradores estão precisando de uma lição”. Os investigados narram encontros com o senador e afirmam que ele pagaria parte dos honorários advocatícios.

O Ministério Público Estadual, que solicitou as gravações à Justiça, encaminhou as fitas para a Procuradoria Geral da República porque o senador tem foro privilegiado. Os promotores entenderam que as gravações contêm informações que “fazem denotar o envolvimento” do senador Garibaldi e do conselheiros do Tribunal de Contas Estadual Paulo Roberto Alves (irmão do senador) com o objeto da denúncia feita pelo Ministério Público. O Supremo recebeu petição sigilosa (nº 3166) do Ministério Público Federal e distribuiu o caso ao ministro relator Cezar Peluso em 1º de junho de 2004.

No dia 24 de maio daquele ano, o STF solicitou à Polícia Federal a degravação dos CDs com a escuta telefônica encaminhados pelo Ministério Público. No dia 10 de setembro, Garibaldi Alves pediu vista dos autos, inclusive das degravações feitas pela PF e os registros originais das degravações, contidos em nove CDs. Em abril do ano passado, o ministro relator deferiu o pedido para que “o advogado constituído pelos investigados” examinasse os autos e obtivesse cópias. Em junho do mesmo ano o senador prestou informações.

Relatório do Ministério Público Estadual, elaborado pelo promotor Rinaldo Reis Lima, afirma que as interceptações telefônicas revelaram um “inusitado interesse” por parte do senador Garibaldi

Edilson Rodrigues/CB



“ OS PROCURADORES ESTÃO PRECISANDO DE UMA LIÇÃO... VAMOS FICAR EM CONTATO, VIU? ”

Senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), eleito ontem o novo presidente do Senado, durante uma conversa telefônica com Tertuliano Pinheiro, gravada a pedido do Ministério Público em 29 de março

e do conselheiro Paulo Roberto Alves no acompanhamento da defesa dos denunciados, em especial de José Mariano Neto, presidente da Cersel. “Em vez de perseguirem o desvendamento do caso e a devolução dos recursos aos cofres públicos, na

realidade demonstram um imenso interesse em bem aparelhar a defesa de um dos denunciados, chegando ao ponto de se dispor a custear uma parcela dos honorários advocatícios do advogado”, diz o relatório.

O promotor diz que “é interes-

sante constatar, pelas gravações, a quantidade de reuniões que o senador e o conselheiro participam com os denunciados para tratar da contratação de advogado e de estratégias da defesa”. Garibaldi deixou o governo em 3 de abril de 2002 para concorrer ao Senado.

Desvio do leite

Auditoria interna do governo do Rio Grande do Norte, já na gestão de Vilma Faria, apontou o desvio de recursos do Programa do Leite, destinado à população carente, na administração anterior. O Ministério Público Estadual

investigou o caso e concluiu que o ex-secretário de Ação Social Lauro Bezerra teria desrespeitado a Lei de Licitações ao celebrar um convênio com a Cooperativa Rural do Seridó (Cersel), no valor de R\$ 122 milhões, em dezembro de 1999, com prazo de duração de três anos, para fornecimento de 130 mil litros de leite por dia. Segundo o Ministério Público, ficou evidenciada “a burla à exigência do devido processo de licitação. A celebração do convênio teve o propósito de mascarar a natureza contratual da aquisição do leite. Tem-se em verdade um autêntico contrato, pactuado com desprezo à regra geral de licitar”.

O Ministério Público também investigou as alterações determinadas no convênio em 30 de janeiro e 18 de novembro de 2002. O ex-secretário de Ação Social Tertuliano Pinheiro autorizou a Cersel a ampliar o fornecimento de leite em 34 mil litros por dia nos meses de fevereiro e março. Os promotores concluíram que Pinheiro “agiu com irresponsabilidade fiscal, ordenando despesa não autorizada por lei, sem previsão de impacto orçamentário”. Ele autorizou despesas de R\$ 1,3 milhão sem autorização legal.

No dia 18 de novembro, foi assinado o 3º aditivo ao convênio, autorizando o acréscimo do programa nos meses de outubro a dezembro, passando o fornecimento para 168 mil litros por dia. Joaete dos Santos, que assumiu a Secretaria de Ação Social em 5 de junho, ordenou pagamentos à Cersel nos meses de junho, julho, agosto e setembro em valores superiores ao previsto no convênio de 1999. As despesas extras somaram R\$ 5,5 milhões.

O Ministério Público descobriu mais. A Cersel teria forjado um incremento do programa do leite que não teria acontecido na prática. “Não houve cadastramento de novos beneficiários nem aumento no mapa de distribuição de leite nos municípios. O estado pagou por uma fabulosa quantidade de leite que jamais foi distribuída à população”, diz a denúncia dos procuradores. A CPI do Programa do Leite, criada na Assembléia Legislativa, concluiu que o pagamento indevido alcançou R\$ 9,3 milhões. O número surgiu da comparação entre a prestação de contas e os mapas de distribuição diárias em cada posto.